



Capital Social como Instrumento para Viabilização do Desenvolvimento Regional: Estudo de Caso no Cariri Paraibano

Ivani Costa¹
Ana Cecília Feitosa de Vasconcelos²
Elizabeth de Oliveira Andrade³
Gesinaldo Ataíde Cândido⁴
Isabela Assis Guedes Rosas⁵

Resumo

Este trabalho teve como objetivo a compreensão do capital social e de seus principais indicadores em municípios do Estado da Paraíba

¹ Graduada em Ciências Econômicas, especialista em Gestão Empresarial e Desenvolvimento Regional; Mestre em Engenharia da Produção. Atualmente é Gerente da Unidade de Gestão Estratégica do SEBRAE/PB e docente em cursos de graduação em pós-graduação junto ao CEFET/IFET-PB, FATE/PB e UNIPê. Endereço: Av. Maranhão, 983, Bairro dos Estados, João Pessoa – PB. E-mail: ivani@pb.sebrae.com.br

² Graduada em Administração pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG). Pesquisadora junto ao Grupo de Estudos em Gestão, Inovação e Tecnologia (GEGIT). Endereço: Av. Aprígio Veloso, 882, Bodocongó, Campina Grande – PB, CEP: 58109-970. acvasconcelos@gmail.com

³ Graduada em Administração pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG). Pesquisadora junto ao Grupo de Estudos em Gestão, Inovação e Tecnologia (GEGIT). Endereço: Av. Aprígio Veloso, 882, Bodocongó, Campina Grande – PB, CEP: 58109-970. E-mail: bethoandrade@gmail.com

⁴ Professor Titular em Administração Geral da Universidade Federal de Campina Grande. Doutor em Engenharia de Produção pelo PPGEP/CTC/UFSC. Professor permanente junto aos Programas de Pós Graduação em Recursos Naturais da UFCG e em Engenharia de Produção da UFPB. Líder do Grupo de Estudos em Gestão, Inovação e Tecnologia (GEGIT). Endereço: Av. Aprígio Veloso, 882, Bodocongó, Campina Grande – PB, CEP: 58109-970. E-mail: gacandido@uol.com.br

⁵ Mestre em Engenharia de Produção. Universidade Federal de Pernambuco – UFPE. End. Av. Oceano Pacífico, 500, apto 702-A, Intermares, Cabedelo – Paraíba/PE. CEP 58310-000. Email: isabelarosas@gmail.com

inseridos dentro do programa “Novo Cariri”. O desenvolvimento da metodologia foi feito através de visitas *in loco*, observação não participante, aplicação de questionários e realização de entrevistas semi-estruturadas com os atores sociais envolvidos com o DLIS nas cidades pesquisadas. Os resultados apontam que a intensidade de capital social na cidade de Monteiro é maior do que em Serra Branca, considerando as diversas dimensões e variáveis para medir o capital social num território. Isso confirma que a superação da pobreza e das desigualdades sociais só serão alcançadas a partir de uma maior consolidação da democracia, com a participação mais efetiva e articulada entre Estado, mercado e sociedade.

Palavras-Chaves: Capital social, desenvolvimento local, sustentabilidade, políticas públicas.

Social Capital as Instrument for Regional Development: Case Study in Cariri Paraibano

Abstract

The main objective of this work was understand the social capital and its main indicators in municipalities in the state of Paraíba inserted in the program "Novo Cariri". The development of the methodology was made through *in loco* visits, no participant observation, application of questionnaires and conduct semi-structured interviews with the social actors involved with the DLIS in the cities surveyed. The results show that the intensity of social capital in the city of Monteiro is greater than Serra Branca, considering the various dimensions and variables to measure social capital in a territory. This confirms that the overcoming of poverty and social inequalities will only be achieved from a greater consolidation of democracy, with the most effective and coordinated between state, market and society.

Keywords: Social capital, local development, sustainability, public policies.

1 - Introdução

Os temas sustentabilidade e desenvolvimento local têm sido alvos de interesse crescente tanto no ambiente político como no acadêmico. Entidades no mundo todo têm proposto metodologias que promovam os desenvolvimentos econômico, tecnológico e social nas comunidades buscando aproveitar o seu potencial de uma forma sustentável, ou seja, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de suprirem as suas próprias necessidades. Esse é o conceito adotado pelo Banco Mundial para desenvolvimento local sustentável. Todavia, embora o conceito seja claro em sua concepção, quando se trata da implementação prática de propostas vinculadas a essa filosofia, emergem desafios e diferentes responsabilidades para a sociedade como um todo.

Para a maioria dos autores envolvidos com o tema, os mecanismos voltados para a articulação dos atores sociais envolvidos com o desenvolvimento precisam ser ancorados em práticas participativas. Nesse sentido, surge a necessidade da criação de mecanismos que possibilitem participação mais direta da comunidade na formulação, no detalhamento e na implementação das políticas públicas dentro do princípio de que existe uma relação direta entre o desenvolvimento local e a participação da sociedade civil.

Bandeira (1999) aborda a necessidade de se revisar as estratégias tradicionalmente adotadas na formulação de políticas regionais para promoção do desenvolvimento reforçando: 1) a necessidade de práticas participativas como meio para assegurar sua eficiência e sustentabilidade; 2) a importância da vitalidade da sociedade civil atuante na vida pública para a boa governança e para o desenvolvimento participativo e 3) a importância do capital social, o qual envolve um conjunto de fatores de natureza cultural que aumenta a propensão dos atores sociais para a colaboração e para empreender ações coletivas.

A partir destas considerações, adquire cada vez mais importância a realização de estudos que procurem entender as perspectivas e fatores para a promoção do desenvolvimento, dentre eles o capital social. O capital social, como define Putnam (1996), pode ser compreendido como um amálgama de elementos como confiança, coesão social, civismo, pleitos e projetos conjuntos que facilitam a cooperação para o benefício mútuo em uma sociedade. Neste sentido, as regiões e localidades com maiores níveis de capital social oferecem melhores condições para a implementação e viabilização de projetos sociais.

Tomando como base essas premissas, a pesquisa realizada teve como foco a compreensão do capital social e de seus principais indicadores em municípios do Estado da Paraíba inseridos dentro do programa “Novo Cariri” voltado para a promoção do desenvolvimento local, integrado e sustentável, através da aplicação do Programa de Desenvolvimento Local do SEBRAE-PB, o qual utiliza uma metodologia própria para geração do desenvolvimento baseado em práticas democráticas e participativas. A aplicação desta metodologia utiliza as proposições formuladas pela Rede DLIS (Desenvolvimento Local, Integrado e Sustentável), a qual consiste numa rede mista e plural envolvendo pessoas e organizações de todos os setores e regiões do Brasil e no exterior e tem como principais objetivos: a) propiciar acesso a informações e serviços úteis para pessoas / organizações envolvidas na promoção do desenvolvimento local e b) facilitar a interlocução e ampliação do debate entre as pessoas que trabalham com o tema.

No caso do projeto “Novo Cariri”, as ações estão sendo coordenadas pelo SEBRAE-PB, na busca da mobilização e participação dos moradores na direção de oferecer sustentabilidade aos pequenos negócios e, por conseguinte, a diminuição da desigualdade e erradicação da pobreza. A região que compreende o Cariri paraibano é caracterizada pela seca. Informações preliminares apontam que a situação econômica e social começou a ser revertida a partir da construção progressiva de um sistema de gestão compartilhada, envolvendo o SEBRAE-PB, o governo do Estado e instituições como o INCRA, a EMBRAPA, SENAI e as universidades públicas situadas no Estado da Paraíba, tendo como sustentáculo a participação dos governos municipais e as sociedades civis locais.

A partir do exposto, o problema de pesquisa formulado partiu do princípio de que quanto mais efetivamente forem avaliadas as variáveis mais intrínsecas relacionadas com o capital social e as suas influências em políticas e ações participativas da sociedade civil, mais efetivos e duradouros serão os resultados a serem obtidos com a aplicação de metodologias para promoção do desenvolvimento local sustentável. Inserido neste contexto e nas premissas aqui formuladas, surgiu o seguinte problema de pesquisa: quais as influências do capital social na execução de políticas e ações voltadas para a promoção do desenvolvimento local sustentável?

O problema de pesquisa formulado buscou uma análise de iniciativas do SEBRAE – PB para promoção do desenvolvimento local de forma participativa e em consonância com o ambiente encontrado e

a produção de resultados a partir desse contexto, e, principalmente, buscou fazer uma reflexão sobre as ações e práticas dos atores envolvidos no projeto para, a partir daí, sugerir e contribuir com novas ações e incentivar que novos estudos possam ser realizados para que o SEBRAE atue de forma sinérgica e que seus serviços efetivamente contribuam para o desenvolvimento do país como um todo.

A partir destas premissas, o objetivo do trabalho foi identificar as influências do capital social nas políticas e ações direcionadas para a promoção do desenvolvimento local sustentável, desenvolvidas pelo SEBRAE-PB, por meio da aplicação da metodologia da Rede DLIS junto a cidades pertencentes à região do Cariri no Estado da Paraíba.

A importância do estudo deve-se à possibilidade que o mesmo tem de analisar as adequações necessárias à implantação de projetos sociais que envolvem múltiplos atores, a partir de conceitos, abordagens e metodologias consolidadas, que envolvem desenvolvimento e capital social, além de poder avaliar de forma mais sistêmica e científica ações de instituições que utilizam recursos públicos, verificando até que ponto os programas voltados para a colaboração e o estímulo a formação de capital social contribuíram para geração do desenvolvimento local sustentável. Assim, a realização da pesquisa poderá contribuir para que instituições públicas e privadas melhorem suas formas de atuação quanto as suas ações inseridas em programas de desenvolvimento local, a partir de indicadores que sejam os mais consistentes possíveis.

2 - Desenvolvimento Local

Vive-se um período histórico em que o conceito de desenvolvimento tem sido relacionado quase que exclusivamente ao fenômeno da dinamização do crescimento econômico. Embora o crescimento econômico seja necessário, como argumenta Franco (2000a), não é suficiente para gerar desenvolvimento.

Isso significa dizer que não basta crescer economicamente, aumentando o PIB ou a renda per capita da população, para que todos os outros fatores surjam naturalmente como decorrência. Na verdade, como coloca Sen (2000), com frequência o crescimento econômico aumenta o número de ricos e também o número de pobres, mantendo, e até alargando, o fosso da desigualdade, não produzindo desta forma, desenvolvimento humano nem social.

Amartya Sen diz que o desenvolvimento deve ser pensado além da acumulação de riqueza e aumento do PIB e está relacionado essencialmente com “a melhoria da vida que levamos e das liberdades

que desfrutamos” (SEN, 2000, p. 53).

Como argumenta Franco (1995), uma comunidade se desenvolve quando torna dinâmicas suas potencialidades. O desafio é como transformar as estratégias orientadas pelo crescimento econômico em estratégias centradas em escala e âmbito, para o bem-estar do ser humano.

Ratnner (1999) afirma que um novo modelo de desenvolvimento exige não somente uma racionalidade econômica alternativa, baseada no planejamento de tecnologias e produtos alternativos, mas também uma racionalidade social alternativa, refletida na educação, no trabalho e em padrões de organização e administração diferentes.

Esses padrões essa racionalidade alternativa, como reforça Putnam (1996), remetem a questões tais como o grau de associatividade, o nível de consciência cívica, os valores que pratica e em que crê uma sociedade, a cultura que modela suas percepções, tabus, mitos, formas de raciocínio, compreensão do mundo e da realidade. Em essência, essa é uma concepção mais ampla de desenvolvimento na qual o econômico virá como consequência do social.

De acordo com Franco, “o Brasil foi um dos países que experimentou o maior crescimento econômico em passado recente e, no entanto, foi também um dos países do mundo que mais aumentou a distância entre crescimento econômico e desenvolvimento social” (FRANCO, 2000b, p. 40).

O desenvolvimento, portanto, deve ser visto como aquele que melhora a vida das pessoas (desenvolvimento humano), de todas as pessoas (desenvolvimento social), das que estão vivas hoje e das que viverão amanhã (desenvolvimento sustentável). Para Franco, “crescer sustentavelmente quer dizer produzir mais e melhor, sem inviabilizar a vida das gerações futuras. E distribuir com mais equidade os frutos desse crescimento” (FRANCO, 2000b, p. 122).

Diante desse cenário, os autores pesquisados consideram que os planos estatais de desenvolvimento, que levavam em consideração muito mais a aplicação de um plano do que a promoção do desenvolvimento cede espaços aos programas que desencadeiam a participação efetiva da comunidade.

Nesse sentido, Franco considera que é preciso “aumentar os graus de acesso das pessoas não apenas à renda, mas também à riqueza, ao conhecimento e ao poder ou à capacidade e à possibilidade de influir nas decisões públicas” (FRANCO, 2000a, p. 124).

Segundo Rattner, “torna-se necessário conferir mais peso ao desenvolvimento e à implementação de tecnologias sociais, de organizações comunitárias e não-governamentais alternativas e novos estilos de auto-gestão e ação coletiva” (RATTNER, 1999, p. 210).

Os esforços empreendidos na elaboração da chamada Agenda 21 - um dos documentos básicos da Declaração do Rio com 27 princípios sobre obrigações ambientais e questões de desenvolvimento, ocorrida em 1992 no Rio de Janeiro, intitulado RIO-92, enfatiza as questões que estão baseadas na idéia de que a conquista da sustentabilidade passa pela implementação local de processos de desenvolvimento.

De acordo com o pensamento de Rattner (1999), pode-se inferir que qualquer progresso na solução de problemas de desenvolvimento, locais ou globais vai depender primariamente de ação coletiva, do envolvimento e da identificação e participação nos programas e projetos de pessoas suficientemente bem organizadas, educadas e motivadas.

Para conseguir a aceitação das regras e decisões sobre questões e problemas ambientais tomadas pelos governos, mais ênfase deve ser dada às tecnologias sociais que nos capacitam a induzir e aumentar a identidade e solidariedade grupal, condições fundamentais para políticas governamentais específicas e controle social.

Os fins e os meios do desenvolvimento exigem que a perspectiva da liberdade seja colocada no centro do palco. Nessa perspectiva, as pessoas têm de ser vistas como ativamente envolvidas – dada à oportunidade – na conformação de seu próprio destino, e não apenas como beneficiárias passivas dos frutos de engenhosos programas de desenvolvimento. O Estado e a sociedade têm papéis amplos no fortalecimento e na proteção das capacidades humanas. São papéis de sustentação e não de entrega sob encomenda. A perspectiva de que a liberdade é central em relação aos fins e aos meios do desenvolvimento merece toda a nossa atenção.

3 - Capital Social

Embora a idéia maior de capital social esteja presente há algum tempo no campo da sociologia, grande parte do debate contemporâneo sobre esse tema situa-se nos trabalhos de Bourdieu (1980), Coleman (1988a, 1988b) e Putnam (1993a, 1993b, 1995, 1996). Em função de diferentes objetivos e vertentes de estudo, cada um desses autores define o conceito de uma forma distinta, mantendo-se, todavia, algumas características comuns.

Para Bourdieu (1980), o capital social pode ser compreendido como uma agregação de recursos que são ligados a uma associação ou grupo que permite a cada um de seus membros o benefício do capital de propriedade coletiva. Na visão do autor, o capital social não é um ganho natural, mas algo que tem de ser trabalhado em uma base constante. Ele é produto de estratégias de investimento, individuais ou coletivas, conscientes ou inconscientes com o intento de estabelecer ou reproduzir relações sociais que são diretamente utilizáveis no curto ou longo prazo.

A aplicação particular de Bourdieu (1980) do conceito de capital social relaciona-se a compreender como os indivíduos interagem com o capital social para melhorar sua posição econômica em sociedades capitalistas.

Coleman (1988a), por sua vez, define capital social pelo seu efeito ou função. A função identificada para o conceito de capital social é relativa aos aspectos de estrutura social que atuam como recursos que esta estrutura pode utilizar para atingir seus interesses.

Esta definição relaciona-se ao conceito de conexões ou associações de membros definidas por Bourdieu (1986), que possibilitam acesso a recursos grupais para cada membro do grupo. Também para este autor, capital social é definido como um recurso, um estoque que serve de base para outras ações, ações coletivas em busca de interesses comuns.

Os aspectos de estrutura social citados por Coleman (1988a) referem-se ao cumprimento das obrigações e expectativas e das normas e sanções efetivas que restringem ou encorajam certos tipos de comportamento no ambiente de relações entre as pessoas.

Um terceiro autor chave na área de capital social é Putnam (1993a, 1993b, 1995, 1996). Putnam investiga como o capital social atua em nível regional para potencializar instituições democráticas e desenvolvimento econômico. O autor explora o conceito de capital social diferentemente de Bourdieu (1980) e Coleman (1988a), definindo o capital social como a confiança, normas e redes que facilitam a cooperação para o benefício mútuo. Normas, confiança e reciprocidades em redes são recursos essencialmente de natureza social, cujo produto se expressa em várias formas de ação coletiva.

Capital social, conforme Putnam (1996), não é a ação coletiva em si mesma, mas antes, as normas e sanções de confiança a reciprocidade residente no interior das redes sociais que permite que os dilemas de ação coletiva sejam resolvidos. O foco é sobre o nível sistêmico na medida em que ele se preocupa em explicar

desenvolvimento econômico e político no nível regional e nacional.

Este foco distingue o trabalho de Putnam (1996) das propostas de Coleman (1988a) e Bourdieu (1980) na medida em que o conceito é aplicado em uma escala social mais ampla do que nestes autores. Como argumenta Putnam (1996), baixos níveis de capital social indicam baixos níveis de desenvolvimento social. Faz diferença se temos uma sociedade, como a italiana, entrelaçada na sua base por miríades de instituições de opinião e interesse, ou se temos uma sociedade como a romena, incipiente do ponto de vista organizacional. Essa diferença pode ser atribuída ao capital social existente.

Para Putnam, “capital social diz respeito a características da organização social, como confiança, normas e sistemas, que contribuam para aumentar a eficiência da sociedade, facilitando as ações coordenadas” (PUTNAM, 1996, p. 177). O aumento de capital social, incluindo o incremento do empreendedorismo social, significa o aumento de empoderamento das populações, isto é, da sua possibilidade e capacidade de influir nas decisões públicas. Como capital social refere-se basicamente aos níveis de organização de uma sociedade, existe uma relação direta entre os graus de associativismo, confiança, cooperação social, nível de pleitos, civismo e participação como será discutido a seguir.

3.1 - Confiança

O capital social pode resultar em produtos econômicos e políticos diferentes entre regiões ou mesmo nações e, como coloca Putnam (1996), é uma forma de reciprocidade generalizada que abastece a confiança social. Esta confiança é expressa por membros de uma comunidade em suas ações altruísticas de curto prazo que contribuem para o bem estar dos outros e será recompensada em algum ponto do futuro. Considera-se que a interação pessoal é um meio simples e seguro de obter informações acerca da confiabilidade dos demais atores em um sistema social.

Putnam (1996), nas lições de sua experiência na análise no desenvolvimento italiano, verificou que nas comunidades em que as pessoas acreditam que a confiança seria retribuída, sem que dela viessem a abusar, existia maior probabilidade de haver intercâmbio.

Como cita Franco, “a confiança promove a cooperação. Quanto mais elevado o nível de confiança numa comunidade, maior a probabilidade de haver cooperação. E a própria cooperação gera confiança. A progressiva acumulação de capital social foi uma das principais responsáveis pelos círculos virtuosos na Itália cívica

(FRANCO, 2000, p. 104)”.

3.2 - Cooperação Social

Franco (2001), ao comentar sobre a cooperação voluntária, refere-se ao quanto às situações de crise aproximam e demonstram a capacidade dos seres humanos em buscar soluções em conjunto. Nesse sentido, as comunidades cooperativas permitem aos indivíduos soluções conciliadoras. Essas soluções estão basicamente vinculadas ao senso de comunidade e confiança. Quando a questão da confiança é relatada logo se percebe que está ligada a regras de reciprocidade. Para Putnam (1996), no cerne da sociedade de mútua assistência está a reciprocidade prática, ou seja, se você me ajudar, eu o ajudarei, enfrentemos juntos esses problemas que nenhum de nós pode enfrentar sozinho.

3.3 - Participação Cívica

Redes de engajamento cívico (associações de bairro, sociedades de canto, cooperativas, clubes esportivos, festivais, etc.) são um componente essencial do capital social na medida em que elas estimulam a consolidação de normas de reciprocidade. Essas normas por sua vez, sancionam aqueles que não correspondem.

Para Putnam (1996), os sistemas de participação cívica têm mais possibilidades do que famílias e laços de sangue, de abranger amplos segmentos da sociedade, fortalecendo, assim, a colaboração no plano comunitário. Os sistemas de participação cívica representam uma expressão fundamental de capital sociais e quanto mais desenvolvidos forem os sistemas numa comunidade, maior será a probabilidade de que cidadãos venham a cooperar em causas de interesse comum.

Nas conclusões do autor, algumas reflexões sobre o porquê dessas formas horizontais de interação entre as pessoas numa sociedade – assim como as associações comunitárias, os clubes e outras organizações da sociedade civil exercem tal efeito –, levaram-no a observar quatro grandes razões: (a) Elas aumentam os custos potenciais para o transgressor em qualquer transação individual; (b) Elas promovem sólidas regras de reciprocidade; (c) Elas facilitam a comunicação e melhoram o fluxo de informações sobre a confiabilidade dos indivíduos; (d) Elas corporificam o êxito alcançado em colaborações anteriores, criando, assim, um modelo culturalmente definido para futuras colaborações.

3.4 - Nível de Pleitos e Projetos

Essa categoria pesquisada por Putnam (1996) e citada por Franco (2001) procura retratar basicamente a diferença entre programas verticais ou horizontais. Quando as pessoas de uma localidade são transformadas em beneficiárias passivas e permanentes de programas assistenciais, tem-se “uma relação patrono-cliente” que reduz as chances da comunidade local de desenvolver-se. Porém, ao estabelecer conexões horizontais que estimulem a criatividade e a motivação para enfrentar coletivamente os problemas, substitui-se a competição por colaboração. E, basicamente, utilizam-se de recursos endógenos que ampliam e reproduzem socialmente o capital social.

4 - A Relação entre Capital Social e as Políticas para Promoção do Desenvolvimento

O tema capital social diz respeito ao envolvimento individual em atividades coletivas gerando, conseqüentemente, redes de ajuda e confiança mútua entre os membros da sociedade ou comunidade, por meio da construção de virtudes cívicas.

Assim, segundo Baquero (2002), o capital social se apresenta com o objetivo de transformar bens intangíveis (confiança recíproca) em bens tangíveis (políticas públicas). Conseqüentemente, ele se insere num conjunto de esforços institucional, cultural, político, e econômico, fazendo com que as instituições funcionem melhor através de culturas com predisposições positivas em relação à cooperação recíproca através da promoção de uma cultura voltada para a cidadania.

Laville (*apud* BAQUERO, 2002) diz que organizações cidadãs surgem em virtude da falência dos mecanismos institucionais de mercado e estado que agem por meio de partidos e sindicatos, por exemplo, que já não correspondem às reivindicações crescentes, deslocando conseqüentemente a dimensão reivindicatória para a sociedade civil, levando a criação de uma capacidade de formação de redes sociais de ajuda mútua que empoderam os indivíduos por meio da ação coletiva, possibilitando o surgimento de uma democracia participativa.

O fato do empoderamento dos indivíduos é gerado por meio do envolvimento destes na gestão política e econômica das localidades, pois através da descentralização, do repasse de responsabilidades e da democratização do poder, estes passam a interagir melhor, compreender e assumir responsabilidades e conseqüências podendo

decidir o direcionamento da sua comunidade e promover o surgimento e crescimento do civismo.

Putnam (1993) associa a existência de virtudes cívicas ao desempenho democrático dos governos pois, para o autor, esta seria responsável potencialmente em modelar o desempenho de governos democráticos.

Um dos problemas para os programas e políticas de desenvolvimento tem sido quebrar o paradigma do desenvolvimento baseado na participação das pessoas sem que haja mudanças necessárias na ampliação do ambiente social e institucional, como na participação local buscada sem a participação de seus membros, ou seja, sem a mudança nas relações de poder, como em muitas situações onde ainda são reeditadas práticas clientelistas, personalistas, e patrimonialistas. (BAQUERO, 2002)

Desse modo, as expectativas criadas pelos cidadãos de uma cultura democrática participativa são frustradas e conseqüentemente a confiança e expectativas das pessoas nas instituições são as piores possíveis.

Assim, não há confiança dos membros da comunidade para com as instituições, nem com seus líderes, impossibilitando que haja democracia participativa, ou participação ativa dos membros da comunidade nas decisões ou no seu direcionamento, proporcionando descrédito, desinteresse por parte das pessoas, o que permite que pequenos grupos de aproveitadores direcionem o funcionamento da comunidade em função de atender a seus interesses, gerando exclusão social, política e econômica pela submissão de muitos aos interesses de poucos.

Para Lima (2005), o capital social funciona como indutor de relações de confiança entre estado e sociedade que assim o torna elemento crucial para estabelecimento de políticas públicas participativas e mais eficientes.

Isto ocorre quando há formação e ampliação de redes sociais de confiança e apoio mútuo, que potencialmente ocorre por meio das associações civis, e contribuem para eficácia e a estabilidade de governos democráticos pelos seus efeitos internos nos indivíduos e externos na sociedade.

Nesse sentido, a importância da construção de uma sinergia entre Estado e sociedade é essencial no funcionamento das instituições democráticas numa realidade que privilegie não só a esfera privada, mas a estatal e social em políticas de desenvolvimento.

5 - Metodologia

5.1 - Tipo e Natureza da Pesquisa

A pesquisa realizada foi do tipo qualitativa, e o método utilizado foi o estudo de caso que, segundo Yin (2002), é uma estratégia de pesquisa escolhida mediante três condições: tipo de questão de pesquisa proposto (como e por que), o não controle que o pesquisador tem sobre os eventos comportamentais efetivos e enfoque em acontecimentos contemporâneos. Para o autor, o estudo de caso é uma forma de verificação empírica de evidências. No entanto, não é realizado independentemente da teoria, e sim desenvolvido com base nela. Normalmente é utilizado quando: 1) o pesquisador possui pouco controle sobre os fenômenos e 2) o foco encontra-se em fenômenos contemporâneos inseridos num contexto da vida real.

Para a viabilização da pesquisa, através de estudo de caso múltiplo, foi feito um estudo comparativo entre duas experiências, sendo uma delas considerada exitosa e outra não, a partir dos parâmetros e critérios pré-estabelecidos pelo SEBRAE-PB e a metodologia da Rede DLIS de aplicação de ações e políticas direcionadas para a geração do desenvolvimento local.

5.2 - Dados da Pesquisa

Os dados da pesquisa consistem em dados secundários obtidos a partir do acesso a fontes sobre contexto da pesquisa, atividades desenvolvidas pelas instituições (públicas e privadas) envolvidas com o DLIS nas duas cidades pesquisadas.

Os dados primários foram levantados por meio da realização de entrevistas com atores sociais envolvidos com o DLIS nas cidades pesquisadas, incluindo lideranças locais, pessoas com atuação direta e indireta no DLIS e técnicos vinculados as instituições.

Estes dados foram complementados através de visitas *in loco* as cidades e algumas das instituições, a observação não-participante e as leituras e discussões de toda uma base conceitual e teórica relacionadas aos temas: capital social, desenvolvimento local e sustentabilidade.

5.3 - Instrumentos de Coleta de Dados

O instrumento de pesquisa consistiu em um roteiro para realização de entrevistas semi-estruturadas com os atores sociais envolvidos com o DLIS nas cidades pesquisadas, tomando como

referência proposta do Banco Mundial, que permite ajuste de dimensões e variáveis para medir capital social em contextos específicos.

A adaptação do instrumento incorporou as dimensões e categorias que estão explicitadas no quadro 1.

Quadro 1: Dimensões e categorias para medir Capital Social

Dimensões	Categorias
Apoio Comunitário	Participação das pessoas nas instituições locais
	<i>Participação por gênero</i>
	<i>Participação por faixa etária</i>
	<i>Participação por estado de emprego</i>
	Nível de organização da comunidade
	Mobilização das pessoas e ou instituições para resolução de problemas
Capital Social Estrutural	Programas ou instituições envolvidas na geração de desenvolvimento local
	Infra-estrutura
	<i>Participação do líder</i>
	<i>Diferença entre os membros (Adversidade)</i>
Redes e Organizações de Apoio Mútuo	Influência dos líderes
	Níveis de diferenças
	Problemas decorrentes das diferenças
	Disponibilidade de serviços
Ação Coletiva Prévia	<i>Problemas de acesso a serviços</i>
	Interação entre a comunidade e líderes políticos na solicitação de ações de desenvolvimento
Capital Social Cognitivo	Formas de decisão relacionada a projetos de desenvolvimento
	Apoio e Solidariedade
	Confiança
	(Níveis) de Individualismo
	(Níveis) de Respeito e Atenção à opinião alheia
	(Nível) de Prosperidade
	(Nível) de Aceitação
	Nível de Conflito
Engajamento	
Perfil Organizacional	Mudanças nas estruturas e propósitos da organização
	Tipo de ajuda organizacional
	Participação organizacional
	Capacidade das organizações para conviver com conflitos
	Capacidade e competência das organizações
	Liderança organizacional

Fonte: Dados da Pesquisa (2007)

Além disso, foram definidas as categorias para cada uma dessas dimensões com os seus respectivos parâmetros, conforme quadro 2 que se segue:

Quadro 2: Categorização e parâmetros

Categorias	Parâmetros
Participação das pessoas nas instituições locais	Quanto maior a participação, maior a possibilidade de existência de maior CS.
<i>Participação por gênero</i>	Quanto mais eqüitativo o percentual, maior a possibilidade de CS.
<i>Participação por faixa-etária</i>	Quanto mais eqüitativo o percentual, maior a possibilidade de CS.
<i>Participação por estado de emprego</i>	Quanto maior for à quantidade de pessoas que já tiveram algum vínculo empregatício, maior será o CS.
Nível de organização da comunidade	Quanto maior o nível de organização da comunidade, maior a possibilidade de CS.
Mobilização das pessoas e ou instituições para resolução de problemas	Quanto maior a mobilização de pessoas e/ou instituições para solução de problemas, maior a possibilidade de CS.
Programas ou instituições envolvidas na geração de desenvolvimento local	Quanto maior o número de programas e instituições envolvidas na geração de desenvolvimento local, maior a possibilidade de CS.
Infra-estrutura	Quanto maior a disponibilidade de locais públicos e privados para encontros e reuniões, maior a possibilidade de CS.
<i>Participação do líder</i>	Quanto maior a participação do líder, maior a possibilidade de Capital Social.
<i>Diferença entre os membros (Adversidade)</i>	Quanto mais diferentes forem os membros participantes de grupos, associações, instituições, etc., maior a possibilidade de capital social.
Influência dos líderes	Quanto mais ativa a participação dos líderes, maior o capital social.
Níveis de diferenças	Quanto maior forem as diferenças, menor a existência de CS.
Problemas decorrentes das diferenças	Quanto maior forem os problemas decorrentes das diferenças, menor a possibilidade de existência de CS.
Disponibilidade de serviços	Quanto maior for à disponibilidade de serviços, maior a existência de CS.
<i>Problemas de acesso a serviços</i>	Quanto maior forem os problemas de acesso aos serviços, menor a possibilidade de existência de C.S.
Interação entre a comunidade e líderes políticos na solicitação de ações de desenvolvimento	Quanto maior a freqüência de relações entre a comunidade e políticos, maior o CS.
Formas de decisão relacionada a projetos de desenvolvimento	Quanto maior a participação da comunidade nas decisões, maior o CS.
Apoio e Solidariedade	Quanto maior for o nível de relacionamento entre as pessoas, maior for às atitudes de apoio e solidariedade entre os membros da comunidade e esses com as instituições, maior será o nível de CS.
Confiança	Quanto maior for o nível de confiança demonstrada entre os atores locais maior também será a existência do CS.
(Níveis) de Individualismo	Quanto maior for o individualismo, menor será o nível de

Categorias	Parâmetros
	Capital Social dessa comunidade.
(Níveis) de Respeito e Atenção à opinião alheia	Quanto maior for o nível de respeito e atenção à opinião alheia maior será o envolvimento inter-pessoal desse grupo e assim maior será o nível de Capital Social.
(Nível) de Prosperidade	Quanto maior o nível de prosperidade de uma comunidade, maior será o nível de Capital Social envolvido em ações que buscam a melhoria da sociedade como um todo.
(Nível) de Aceitação	Quanto maior for o nível de aceitação, maior será a legitimidade dos líderes e instituições, facilitando a cooperação e a ação coordenada, elevando assim o grau de Capital Social dessa comunidade.
Nível de Conflito	Quanto maior a existência de conflitos entre os membros de uma comunidade, menor será a possibilidade de existência de CS.
Engajamento	Quanto maior o engajamento dos membros da comunidade em ações que promovam o desenvolvimento coletivo, maior a possibilidade de existência de CS.
Mudanças nas estruturas e propósitos da organização	Quanto mais flexível for a estrutura da organização, maior a possibilidade de CS.
Tipo de ajuda organizacional	Quanto maior for a ajuda de instituições externas, maior a existência de CS.
Participação organizacional	Quanto mais diversificada for à participação dos membros nas organizações, maior a possibilidade de CS.
Capacidade das organizações para conviver com conflitos	Quanto maior a transparência e a participação das organizações para resolver conflitos, maior será a possibilidade de geração de CS.
Capacidade e competência das organizações	Quanto maior a capacidade e competência das organizações no que se refere à atividades especializadas, maior será a possibilidade de CS.
Liderança organizacional	Quanto mais pessoas puderem ocupar a posição de líder, mais pessoas participarem das organizações, maior representatividade terá essa organização, maior CS.

Fonte: Dados da pesquisa (2007)

5.4 - Característica do Universo da Pesquisa

A pesquisa foi realizada em dois municípios da microrregião do Cariri paraibano, cidade A e cidade B, as quais estão localizadas a aproximadamente 300 km de João Pessoa/PB. De acordo com o Censo Demográfico do IBGE (2003), a cidade A tem população estimada em 27.883 habitantes, área é de 1010 km², representando 1,785% do Estado, e seu Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é de 0.603, segundo o Atlas de Desenvolvimento Humano/PNUD (2000). Já a cidade B tem sua população estimada em 12.242 habitantes e sua área territorial de 738 km². Sua economia baseia-se basicamente na agricultura de

subsistência e comércio. Na pecuária predomina a criação de caprinos e ovinos. O clima é do tipo semi-árido com chuvas ocasionais entre dezembro e março. Em ambos os municípios há baixa densidade empresarial.

5.5 - Determinação da Amostra a ser Trabalhada

A definição da amostra foi do tipo não probabilística intencional, considerando informações previamente colhidas para verificar as possibilidades e consistência acerca das informações a serem levantadas. No caso da escolha das cidades pesquisadas, foram escolhidas cidades na qual existissem exemplos significativos dos resultados da aplicação da metodologia da Rede DLIS, como também evidências de capital social na comunidade.

Quanto à identificação dos Atores Locais, foram selecionados grupos de lideranças locais nas duas cidades com as quais foram levantadas informações. Neste caso, foi utilizada como critério a sua representatividade, o tempo de convivência na comunidade e conhecimento da realidade local.

6 - Resultados e Discussão

Tomando como referência o estabelecido no problema de pesquisa e objetivos deste trabalho, os quais buscam explorar a relação entre o papel e importância do capital social para a geração do desenvolvimento local sustentável, a partir da necessidade de práticas coletivas e democráticas, torna-se preponderante o envolvimento do maior número possível de atores sociais, em especial, os representantes das instituições (públicas e privadas) e os agentes produtivos, buscando conciliar os interesses da sociedade civil e do poder público de forma convergente, contribuindo para a geração da cidadania de forma deliberativa e participativa.

Em função disso, os conceitos, modelos e abordagens do capital social adquirem importância vital, considerando que as práticas democráticas e participativas representam uma condição essencial para discussões mais consistentes e possibilidades de decisões, com menor risco, a partir do maior envolvimento e consenso dos participantes. Isto representa uma condição vital para a geração do desenvolvimento local de forma sustentável.

Para os fins deste trabalho, tomou-se como referência o conceito de capital social, como sendo aquele relacionado às diversas formas, condições e possibilidades de interação, parceria e cooperação

entre as instituições, entre as pessoas e entre as instituições e as pessoas, a partir de existência de práticas de reciprocidade e relações de confiança entre eles. Em função disso, o capital social representa uma variável importante para a viabilidade do desenvolvimento, considerando que mostra as diversas formas e condições para se estabelecer as ligações existentes entre as estruturas (econômicas, sociais, institucionais e ambientais) e os indivíduos na construção do desenvolvimento.

A partir disso, procurou-se responder ao seguinte problema de pesquisa: quais as influências do capital social na execução de políticas e ações voltadas para a promoção do desenvolvimento local sustentável? E, como objetivo geral do trabalho, procurou-se identificar as influências do capital social nas políticas e ações direcionadas para a promoção do desenvolvimento local sustentável desenvolvidas pelo SEBRAE-PB, através da aplicação da metodologia da Rede DLIS junto a cidades pertencentes a região do Cariri no Estado da Paraíba.

Os resultados obtidos com a realização desta pesquisa estão discriminados abaixo, tomando como referência cada uma das dimensões do capital social propostas pela metodologia do Banco Mundial e pelas categorias criadas, conforme explicitada nos procedimentos metodológicos da pesquisa.

Quadro 3: Resultado geral da análise de conteúdo

DIMENSÕES	CATEGORIAS	PARAMETROS (+/-)	
		MONTEIRO	SERRA BRANCA
Apoio Comunitário	Participação das pessoas nas instituições locais	+	-
	<i>Participação por gênero</i>	+	-
	<i>Participação por faixa-etária</i>	-	-
	<i>Participação por estado de emprego</i>	+	-
	Nível de organização da comunidade	+	+
	Mobilização das pessoas/instituições para resolução de problemas	+	-
	Programas/instituições envolvidas na geração de desenvolvimento local	+	-
Capital Social Estrutural	Infra-estrutura	+	+
	<i>Participação do líder</i>	+	-
	<i>Diferença entre os membros Adversidade</i>	+	+
	Influência dos líderes	+	-
Redes e Org. de Apoio Mútuo	Níveis de diferenças	+	-
	Problemas decorrentes das diferenças	+	+
	Disponibilidade de serviços	-	+
	<i>Problemas de acesso a serviços</i>	-	-

Ação Coletiva Prévia	Interação entre a comunidade e líderes políticos na solicitação de ações de desenvolvimento	+	-
	Formas de decisão relacionada a projetos de desenvolvimento	+	-
Capital Social Cognitivo	Apoio e Solidariedade	+	+
	Confiança	+	-
	Níveis de Individualismo	-	-
	Níveis de Respeito e Atenção à opinião alheia	+	+
	(Nível) de Prosperidade	+	-
	(Nível) de Aceitação	+	-
	Nível de Conflito	+	+
	Engajamento	+	+
Perfil Organizacional	Mudanças nas estruturas e propósitos da organização	+	-
	Tipo de ajuda organizacional	+	+
	Participação organizacional	+	+
	Capacidade das organizações para conviver com conflitos	+	+
	Capacidade e competência das organizações	+	-
	Liderança organizacional	+	+

Fonte: Dados da Pesquisa (2007)

A partir dos resultados acima explicitados pode-se considerar que a intensidade de capital social na cidade de Monteiro é maior do que em Serra Branca. Foram consideradas as diversas dimensões e variáveis para medir o capital social num território. As categorias contempladas apontam que na cidade de Monteiro do total de 31 categorias, 87% podem ser consideradas positivas, tomando como referência os parâmetros para avaliação das variáveis do capital social. No caso de Serra Branca do total de categorias, a proporção percentual de categorias consideradas positivas é de 42%, o que equivale a uma diferença percentual de 48% a mais de maior intensidade de capital social na cidade de Monteiro.

Adotando como referência as categorias por dimensões, os resultados obtidos apontam que existem diferenças significativas nas dimensões do capital social relacionadas a Apoio Comunitário, Capital Social Estrutural e Ação Coletiva Prévia nas cidades de Monteiro e Serra Branca. Na primeira, a cidade de Monteiro tem 71% a mais das categorias da dimensão Apoio Comunitário, avaliado positivamente em relação a Serra Branca. No caso da dimensão Capital Social Estrutural essa diferença é de 50% e para a dimensão Ação Coletiva Prévia essa

diferença é de 100%.

As diferenças entre as dimensões e categorias relacionadas Redes e Organizações Comunitárias e Perfil Organizacional, não podem ser consideradas significativas. No caso da primeira dimensão não existe diferença e no caso da segunda, essa diferença é de 29%.

A partir dos resultados alcançados com a realização da pesquisa, pode-se inferir que os melhores resultados obtidos em Monteiro quanto a maior intensidade de capital social contribuiu para o êxito da experiência do DLIS aplicada na localidade. Isto confirma as inferências das pessoas vinculadas ao SEBRAE no Estado da Paraíba, as quais, de uma maneira geral, apontaram como uma experiência de sucesso, que contribuiu para a geração do desenvolvimento local a partir da mobilização coletiva da sociedade. Dessa forma, foi possível a geração de melhores condições para aproveitar e viabilizar as múltiplas vocações do município, e o envolvimento direto das instituições (públicas e privadas) na localidade e os agentes produtivos locais. Esta situação criou uma sinergia entre ambas, assim como a geração de aprendizado, fruto do convívio democrático, representativo e deliberativo dos atores sociais a partir de ações em parceria e de cooperação, reforçada permanentemente pela intensidade e formas de relações sociais mantidas.

Situação inversa ocorreu na cidade de Serra Branca e isto pode ser justificado pelo baixo índice de capital social diagnosticado, principalmente por meio das variáveis e categorias relacionadas às dimensões Apoio Comunitário, Capital Social Estrutural e Ação Coletiva Prévia. Neste caso, as ações para a viabilidade do DLIS na cidade, ocorreram muito mais em função de iniciativas pessoais de algumas lideranças locais, sem que houvesse ações específicas de mobilização da sociedade.

Cabe aqui ressaltar que em ambas as cidades pesquisadas foi destacada a importância atribuída às variáveis e categorias relacionadas ao papel das lideranças locais, tanto das instituições, como de pessoas que são referência nas cidades. Neste caso, o engajamento da maior liderança local, constituiu-se numa variável central para a viabilização das ações para promoção do desenvolvimento local. Na pesquisa realizada, fica bem evidenciado que, no caso de Monteiro, houve efetivo envolvimento e participação direta do poder executivo local, com o intuito de mobilizar e envolver a sociedade civil nas discussões e deliberações do DLIS, ao contrário da cidade de Serra Branca.

Considerações Finais

A partir dos resultados obtidos com a realização da pesquisa, fica confirmado o explicitado no referencial teórico do trabalho, no qual todos os autores referenciados apontam que a superação da pobreza e das desigualdades sociais nos países subdesenvolvidos só será alcançada a partir de uma maior consolidação da democracia, com a participação mais efetiva e articulada entre Estado, mercado e sociedade. A criação de condições para esta participação é uma construção conjunta entre todos os atores.

No caso brasileiro, as dificuldades para a criação destas condições são maiores, pois decorrem de sua herança histórica de formação social e política, assim como de outros aspectos: a sociedade civil dispõe de poucos, e muitas vezes desestruturados, campos de atuação; dificuldade dos agentes políticos de pôr em prática formas mais flexíveis de gestão; e um setor privado altamente concentrado e com pouca tradição de participação.

Neste processo, novas formas de atuação irão se desenrolar e diversas parcerias e formas de participação interinstitucional serão experimentadas, em especial no que diz respeito à nova maneira de contribuição estatal nesse processo. Esta contribuição deverá ser tanto mais consistente quanto maior forem os graus de relacionamentos institucionais alcançados, possibilitando uma forma organizativa flexível capaz de integrar e gerar fluxos de comunicação necessários à participação e à atuação conjunta.

Vale ressaltar que os resultados alcançados com a realização desta pesquisa representam uma primeira versão de uma pesquisa em andamento, a qual continua em processo de discussão e aprimoramento acerca da consistência dos procedimentos metodológicos utilizados para avaliar o capital social, assim como da fidedignidade dos resultados obtidos, considerando que o tema capital social redonda em um amplo campo de pesquisa que envolve múltiplos tipos de conceitos, abordagens, modelos, dimensões e variáveis, avaliam-se as infinitas possibilidades de interações e relações sociais, responsáveis pela criação, existência e consolidação de capital social numa dada localidade.

Referências Bibliográficas

BAQUERO, M. Democracia, Cultura e Comportamento Político: uma análise da situação brasileira. In: FUKS, M. & PERISSINOTO, R. M.

(orgs.). **Democracia - teoria e prática**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.

BANDEIRA, P. **Participação, articulação de atores sociais e desenvolvimento regional e desenvolvimento regional**. Brasília: Edições IPEA. Texto para discussão n. 630, 1999.

BOURDIEU, P. Le capital social. Actes de la Recherche, 3. In: FRANCO, A. **Capital social: leituras de Tocqueville, Jacobs, Putnam, Fukuyama, Maturama, Castells e Levy**. Instituto de Política, 2001.

COLEMAN, J. Social Capital in the Creation of Human Capital. American Journal of Sociology, vol. 94, S. 95-120, 1988a. In: FRANCO, A. **Capital social: leituras de Tocqueville, Jacobs, Putnam, Fukuyama, Maturama, Castells e Levy**. Instituto de Política, 2001.

COLEMAN, J. The creation and destruction of social capital: implications for the law. Journal of Law, Ethics and Public Policy, vol. 3, pp. 375-404, 1988b. In: FRANCO, A. **Capital Social: leituras de Tocqueville, Jacobs, Putnam, Fukuyama, Maturama, Castells e Levy**. Instituto de Política, 2001.

FRANCO, A. **Ação Local: a nova política da contemporaneidade**. Brasília: Ágora. Instituto de Política, Fase, 1995.

_____. **Por que precisamos de desenvolvimento local integrado e sustentável**. Brasília: Instituto de Política, 2000b.

_____. **Capital social: leituras de Tocqueville, Jacobs, Putnam, Fukuyama, Maturama, Castells e Levy**. Instituto de Política, 2001.

_____. **Pobreza & desenvolvimento local**. Brasília: ARCA, Sociedade do Conhecimento, 2002.

FUKUYAMA, F. **Confiança, as virtudes sociais e a criação da prosperidade**. Rio de Janeiro: Rocco, 1996.

PROGRAMA DELNET DE DESENVOLVIMENTO LOCAL. **Organização Internacional do Trabalho – OIT**, 2002.

PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL INTEGRADO E SUSTENTÁVEL DO CARIRI PARAÍBANO. SEBRAE/PB, 2000.

PROJETO DLIS. **Agência de Educação para o Desenvolvimento**, 2004.

PUTNAM, R. **The prosperous community: social capital and public life**. The American Prospect, Spring, p. 35-42, 1993a.

_____. **Making Democracy Work: Civic Traditions in Modern Italy**, Princeton University Press, Princeton, 1993b.

_____. **Comunidade e Democracia**. A experiência da Itália moderna. Rio de Janeiro: FGV Editora, 1996.

_____. Bowling alone: America's declining social capital. *Journal of Democracy*, vol. 6, no. 1, p. 65-78, 1995. In: FRANCO, A. **Capital social: leituras de Tocqueville, Jacobs, Putnam, Fukuyama, Maturama, Castells e Levy**. Instituto de Política, 2001.

RATTNER, H. **Liderança para uma sociedade sustentável**. São Paulo: Nobel, 1999.

REVISTA SEBRAE. **Cooperação: a gente faz mais trabalhando juntos**, 2002.

SEN, A. **Desenvolvimento como Liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 3.ed. Porto Alegre: Bookman, 2002.